

Travestis e mulheres transexuais em situação de prisão: a necropolítica trans em narrativas atrás das grades

Travestis and transgender women in prison:
trans necropolitics in narratives behind bars

Travestis y mujeres transexuales en prisión:
necropolíticas trans en narrativas tras las rejas

Carlos Renato Alves-da-Silva <https://orcid.org/0000-0003-2142-7786>^{1,2}; Claudia Bonan <https://orcid.org/0000-0001-8695-6828>¹

Resumo O estudo foi desenvolvido com o objetivo de desvelar vivências, experiências e situações na produção de corpos transfemininos entre travestis e mulheres transexuais privadas de liberdade na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de narrativas de vida com a intencionalidade de compreender o processo de gestão dessas identidades de gênero antes e ao longo de seus aprisionamentos. As entrevistas foram conduzidas entre junho e dezembro de 2021, na unidade prisional fluminense referência para essa população, contando com 20 participantes. Foi utilizado um roteiro semiestruturado com perguntas disparadoras sobre a produção de seus corpos antes e durante a prisão. Todas as narrativas foram gravadas e transcritas, posteriormente analisadas em categorias temáticas. Os resultados desvelaram um processo necropolítico trans marcado por desvinculação da família primária, prostituição como principal fonte de renda e marginalização. As falas sobre os aprisionamentos revelaram um cenário repleto de violações de direitos básicos, sobretudo com dificuldade na gestão de seus corpos transfemininos. A prisão para muitas das entrevistadas é um processo cíclico, promovendo um distanciamento cada vez maior ao acesso à cidadania e suas existências.

Palavras-chave Pessoas transgênero, Prisões, Travestilidade, Performatividade de gênero, Expressão de gênero

Abstract The study was developed with the objective of revealing lives, experiences and situations in the production of transfeminine bodies among travestis and transsexual women inmates, in the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro. This is a study of life narratives with the intention of understanding the process of managing these gender identities before and throughout their imprisonment. The interviews were conducted between June and December 2021, in the Rio de Janeiro prison unit, a reference for this population, with 20 participants. A semi-structured script was used containing triggering questions about the production of their bodies before and during prison. All narratives were recorded and transcribed, later analyzed into thematic categories. The results revealed a trans necropolitical process marked by separation from the primary family, prostitution as the main source of income, and marginalization. The statements about imprisonment revealed a scenario full of violations of basic rights, especially the difficulty in managing their transfeminine bodies. For many of the interviewees, prison is a cyclical process, promoting an increasingly greater distance from access to citizenship and their existence.

Key words Transgender people, Prisons, Transvestitism, Gender performativity, Gender expression

Resumen Este estudio tuvo como objetivo revelar las experiencias y situaciones en la producción de cuerpos transfemininos entre mujeres travestis y transexuales privadas de libertad en la región metropolitana del estado de Río de Janeiro. Se trata de un estudio de narrativas de vida que busca comprender el proceso de gestión de estas identidades de género antes y durante su encarcelamiento. Las entrevistas se realizaron entre junio y diciembre de 2021 en la unidad penitenciaria de Río de Janeiro que sirve de referencia para esta población, con 20 participantes. Se utilizó un guion semiestructurado con preguntas desencadenantes sobre la producción de sus cuerpos antes y durante el encarcelamiento. Todas las narrativas fueron grabadas y transcritas, y posteriormente analizadas en categorías temáticas. Los resultados revelaron un proceso necropolítico trans marcado por el desapego de la familia primaria, la prostitución como principal fuente de ingresos y la marginación. Los relatos de su encarcelamiento revelaron un escenario lleno de violaciones de derechos básicos, especialmente la dificultad para gestionar sus cuerpos transfemininos. Para muchas de las personas entrevistadas, el encarcelamiento es un proceso cíclico que las aleja cada vez más del acceso a la ciudadanía y de su propia existencia.

Palabras clave Personas transgénero, Prisiones, Travestismo, Performatividad de género, Expresión de género

¹ Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Fundação Oswaldo Cruz. Av. Rui Barbosa 716, Flamengo. 22250-020 Rio de Janeiro RJ Brasil. carlos-renato.silva@fiocruz.br

² Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Introdução

Diz-se que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro das suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pela forma como trata seus cidadãos mais elevados, mas como trata os mais rebaixados¹.

Essa frase de Nelson Mandela nos convida a imaginar como travestis e mulheres transexuais vivenciam o aprisionamento em nosso país, considerando o aumento exponencial da vulnerabilização dessas pessoas em ambientes já conhecidos pela violação dos direitos humanos², pelas condições insalubres e inadequadas³ e pelo desconhecimento e despreparo para custodiar pessoas autodeclaradas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI), realidade apontada no relatório governamental publicado em 2020⁴.

Para além dos muros das unidades prisionais, a realidade social de pessoas transgênero em nosso país sempre foi marcada por violências. O Brasil é o país que mais mata essa população e atualmente convive com uma forte ofensiva “antitrans”, apoiada por grupos conservadores religiosos e políticos de direita e extrema direita, que se articulam por meio de movimentos organizados para restringir os direitos de pessoas LGBTI, em especial contra pessoas transgêneros^{5,6}.

A inclusão das travestis e transexuais na sociedade é repleta de inúmeros obstáculos ao longo de suas vidas. Trajetórias de exclusões que se iniciam, muitas das vezes, com a ruptura do ambiente familiar, e prosseguem através das dificuldades enfrentadas nos espaços escolares, com consequentes déficits educacionais que, potencializados com os preconceitos, prejudicam diretamente a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Uma luta constante para não terem seus direitos humanos fundamentais violados, como cidadania^{7,8} e saúde⁹.

A vulnerabilização pela transfobia estrutural¹⁰, quando atravessada por outros marcadores sociais de desigualdades, em especial os de raça e classe social, quase que impreterivelmente as conduzem às prisões, lugares que, segundo a pesquisadora Jacqueline de Jesus¹¹, são destinados às que são pretas, pobres e prostitutas, lugares onde a cisheteronormatividade amplifica as violências exercidas sobre seus corpos.

Os modos de encarceramento de travestis e mulheres transexuais em nosso país são heterogêneos, sendo observadas situações regionalizadas de violências contra suas existências, como

demonstrado em pesquisas conduzidas em diversos estados brasileiros¹²⁻¹⁷. Segundo relatório publicado em 2020, a maioria das travestis e mulheres transexuais que estava em privação de liberdade cumpria suas penas em unidades prisionais denominadas como masculinas. Situação em que a identificação genital foi norteadora do encaminhamento de travestis e mulheres transexuais para prisões masculinas (quando dotadas de pênis), ou para unidades prisionais femininas (quando dotadas de vagina)⁴.

Independentemente do local em que travestis e mulheres transexuais são detidas e mantidas aprisionadas, elas estão diante de, no mínimo, duas sentenças a serem devidamente cumpridas e ajustadas pelas instituições penitenciárias: a primeira de uma ordem institucional pelo crime do qual estão sendo acusadas¹⁸, e a segunda, de ordem simbólica e cultural, pelo desvio do padrão cisheteronormativo imposto pela sociedade¹⁹⁻²¹.

O presente artigo é produto de estudo realizado com travestis e mulheres transexuais na unidade prisional referência para encarceramento da população transfeminina no estado do Rio de Janeiro, o presídio Evaristo de Moraes. Unidade prisional destinada às pessoas não pertencentes às organizações criminosas, sendo denominada institucionalmente como “neutra”, ou, pelo coletivo de presos, como “povo de Israel”¹⁷. Nas unidades prisionais do estado do Rio de Janeiro, semelhantes às outras unidades da federação, os privados de liberdade são separados por organizações criminosas, sendo reservadas as unidades denominadas “neutras ou de seguro” para as pessoas que não são associadas às facções do crime organizado²². O objetivo desse estudo foi compreender a produção dos corpos transfemininos e a gestão das identidades de gênero antes e ao longo de seus aprisionamentos. Resultados que poderão auxiliar na compreensão sobre continuidades e descontinuidades vivenciadas por elas, nas dobras do fora e dentro da prisão²³, para a (re)existência de seus corpos generificados, no contexto de uma sociedade cisheteronormativa e transfóbica.

Caminhos metodológicos

O presídio Evaristo de Moraes está localizado no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, e é conhecido popularmente como o Galpão da Quinta ou Galpão do Amor¹⁷. No período da realização do estudo, 40 pessoas autodeclaradas travestis ou mulheres transexuais

ocupavam diversas celas, juntamente com uma população de cerca 3.200 homens cisgêneros.

Foi utilizado o método de estudo de narrativas de vida²⁴, pois permite que se parta de histórias particulares de pessoas que compartilham o mesmo microcosmo e se alcance uma compreensão dos sentidos das experiências para os sujeitos que as vivenciam e de lógicas sociais mais amplas²⁵. Lembrando que todas estavam em situação de prisão, um possível complicador para o resgate de memórias e desvelamentos de fatos ocorridos no interior da unidade prisional. Entretanto, a população estudada é de difícil localização e recrutamento após o encarceramento, conforme situações anteriormente experimentadas pelo entrevistador diante de outras demandas. Foram conduzidas 20 entrevistas narrativas individuais, entre junho e dezembro de 2021, que foram gravadas e posteriormente transcritas, sendo utilizado um roteiro semiestruturado contendo perguntas disparadoras para enunciar possíveis experiências de construção dos corpos transfemininos e gestão das identidades de gênero das entrevistadas antes e durante o aprisionamento, com vistas a desvelar continuidades e rupturas nesses processos identitários.

O entrevistador foi um dos autores deste artigo, homem cisgênero gay afeminado, como ele gosta de falar: “uma trans que abortou a missão”. Entendendo que o processo de ser travesti ou transexual em nossa sociedade é mais do que uma reivindicação de existência, e sim uma questão de sobrevivência e resistência. No país que mais mata esta população no mundo⁵, a expressão de gênero em contraposição ao seu sexo biológico ainda é uma luta diária e ameaçadora à vida. Ele tinha livre acesso ao campo de pesquisa e detinha o conhecimento espacial e das relações de poderes ali estabelecidas por atuar, desde 2018, na função de diretor da divisão de apoio à saúde e cidadania LGBTI da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. Esse fato potencializou a condução da pesquisa e a escolha analítica do material, já que as aproximações cotidianas com essa população desvelaram relatos de encarceramento que se assemelhavam, semelhanças excludentes de um processo de sobrevida. A utilização da linguagem pajubá²⁶, muitas vezes utilizada pelas entrevistadas, favoreceu o compartilhamento das experiências e vivências trans na trajetória de vida do entrevistador. Trajetória de vida também marcada por brincadeiras e uso de tecnologias de construção atribuídas ao gênero feminino, como roupas e acessórios femininos, além

de maquiagem para as performances de sua feminilidade, sempre às escondidas. A direção da unidade prisional autorizou a realização das entrevistas em salas da equipe de assistência social e de psicologia, em momentos em que elas estivessem desocupadas. Algumas informações sociodemográficas e prisionais das travestis e mulheres transexuais entrevistadas estão no Quadro 1.

A análise das entrevistas ocorreu por meio da categorização temática de suas narrativas, procurando retratar aspectos coletivos das travestis e mulheres transexuais em situação de prisão²⁷. Foi adotado um nome fictício para cada uma das entrevistadas para garantir anonimato.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, sob o CAAE nº 36338520.2.0000.5269. Foi também autorizada pela Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pela Escola de Gestão Penitenciária da SEAP-RJ, por meio do processo SEI-21/087/000987/2019.

Resultados e discussões

As 20 narrativas foram ordenadas em uma tabela em que a primeira coluna se destinou à divisão temporal dos textos: antes e ao longo do aprisionamento. Na segunda coluna foram transcritos os textos de cada entrevista; na terceira os respectivos textos transcritos foram sintetizados em núcleos temáticos, e na quarta coluna foram elaboradas as palavras-chave ou categorias correspondentes.

Entre as entrevistadas se observou um maior número da raça negra, corroborando os percentuais verificados em outros estudos nacionais^{28,29}, entretanto, como relatado por Alessandra Ramos, uma mulher transexual preta, ativista dos direitos humanos de pessoas trans e egressa do sistema penitenciário fluminense: o aprisionamento das travestis e mulheres transexuais tem um padrão, encarcerando majoritariamente as negras, pobres e periféricas em diferentes territórios brasileiros³⁰.

O agrupamento e ordenamento das categorias encontradas no momento antes do aprisionamento apontaram para as primeiras experiências com a produção dos corpos generificados femininos às escondidas por meio de tecnologias de construção de gênero superficiais à pele e as trucagens corporais. Desvelaram violências domésticas, na maioria das vezes acom-

Quadro 1. Perfil social e prisional das travestis e mulheres transexuais entrevistadas em situação de prisão na região metropolitana do Rio de Janeiro, 2021.

Nome	Dados sociais	Dados prisionais
Alessandra	Mulher transexual, preta, 41 anos, ensino fundamental I incompleto.	Reincidente quatro vezes, primeira prisão em 2002. Cinco meses no atual aprisionamento.
Xica	Mulher transexual, preta, 37 anos, ensino fundamental I incompleto.	Reincidente seis vezes, primeira prisão em 2006. Cinco meses no atual aprisionamento.
Bruna	Mulher, branca, 37 anos, ensino fundamental II incompleto.	Reincidente sete vezes, primeira prisão em 2005. Seis meses no atual aprisionamento.
Sarah	Mulher, indígena, 27 anos, ensino médio completo.	Primeira prisão, com 11 meses de aprisionamento.
Monique	Mulher transexual, branca, 25 anos, ensino fundamental II incompleto.	Primeira prisão, com dez meses de aprisionamento.
Dani	Mulher transexual, preta, 25 anos, ensino médio incompleto	Primeira prisão, com sete meses de aprisionamento.
Bárbara	Mulher transexual, branca, 40 anos, ensino médio completo.	Primeira prisão, com 19 meses de aprisionamento.
Jovanna	Mulher transexual, preta, 25 anos, ensino fundamental II incompleto.	Reincidente duas vezes, primeira prisão em 2017. Trinta meses no atual aprisionamento.
Jacque	Mulher transexual, branca, 53 anos, ensino médio completo.	Reincidente quatro vezes, primeira prisão em 2003. Trezemeses no atual aprisionamento.
Benny	Travesti, preta, 26 anos, ensino médio incompleto.	Primeira prisão, com sete meses de aprisionamento.
Wescla	Mulher transexual, branca, 32 anos, ensino médio incompleto.	Primeira prisão, com seis meses de aprisionamento.
Layla	Mulher transexual, preta, 25 anos, ensino médio incompleto.	Reincidente sete vezes, primeira prisão em 2014. Treze meses no atual aprisionamento.
Denise	Mulher transexual, preta, 34 anos, ensino fundamental II incompleto.	Reincidente cinco vezes, primeira prisão em 2014. Seis meses no atual aprisionamento.
Érica	Mulher transexual, preta, 25 anos, ensino médio completo.	Primeira prisão, com 18 meses de aprisionamento.
Jaqueline	Mulher transexual, preta, 25 anos, ensino fundamental II incompleto.	Reincidente duas vezes, primeira prisão em 2016. Quarenta e um meses no atual aprisionamento.
Leticia	Travesti, preta, 28 anos, ensino fundamental II completo.	Reincidente cinco vezes, primeira prisão em 2012. Treze meses no atual aprisionamento.
Biancka	Mulher transexual, branca, 25 anos, ensino médio completo.	Reincidente três vezes, primeira prisão em 2018. Quatorze meses no atual aprisionamento.
Duda	Mulher transexual, branca, 22 anos, ensino médio incompleto.	Primeira prisão, com dez meses de aprisionamento.
Keila	Mulher transexual, preta, 24 anos, ensino fundamental II incompleto.	Reincidente duas vezes, primeira prisão em 2018. Nove meses no atual aprisionamento.
Megg	Travesti, preta, 30 anos, ensino fundamental II incompleto.	Primeira prisão, com 19 meses de aprisionamento.

Fonte: Autores.

panhadas de expulsões e fugas, ou seja, uma verdadeira dinâmica diaspórica na vida dessas crianças e adolescentes³¹. Saídas de seus lares primários com destino quase que compulsório para os guetos ou lares precarizados com outras travestis e mulheres transexuais, onde tiveram contato com a prostituição e com as tecnologias de construção de gênero invasivas ao corpo, como hormônios sexuais sintéticos e o silicone industrial líquido.

Suas experiências ao longo do encarceramento demonstraram violências perpetradas de variadas formas, muitas vezes naturalizadas, possivelmente porque essas violências já eram comuns e recorrentes antes da prisão. Suas narrativas revelaram um cenário de despreparo profissional diante de seus corpos, marcado pelo circense e pelas transfobias recreativas. Muitas de suas falas demonstraram o quanto é importante o chamamento pelo nome social,

mais que uma conquista legal, é o reconhecimento de sua identidade feminina dentro de uma prisão tida como masculina. Para além das normas estabelecidas pelos policiais penais, as travestis e mulheres transexuais estão à mercê dos regulamentos estipulados pelo coletivo de presos, um verdadeiro código de conduta de um mecanismo paralelo, que se confronta com o Estado de direitos²².

Uma estranha sem ninho

Parafraseando Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”³². Ninguém se torna travesti ou transexual na maioridade! Tampouco na prisão. A partir dessa sentença enunciada pelos autores, segue-se à reflexão de que as expressões de gênero nem sempre são coerentes com as identidades das pessoas, e que as experiências e vivências transexuais ocorrem, a princípio, antes dos aprisionamentos. Apesar de ser possível se fazer uma analogia entre “o se tornar mulher” e o “se tornar travesti ou mulher transexual”, há um grande distanciamento entre essas duas produções de sujeitas, em que, segundo Silvana de Souza Nascimento, é necessário radicalizar essa desnaturalização para dar legitimidade política às diversas formas de mulheridades e feminilidades que não foram designadas como “femininas” ao nascer³³.

As primeiras experiências trans relatadas pelas entrevistadas se dão ainda na infância, às escondidas dos olhares dos responsáveis. Experiências estéticas conflituosas que antecedem os conflitos com as genitálias na construção das verdades para o seu gênero, mediante o uso de roupas e brincadeiras de crianças³⁴. Os resultados encontrados neste estudo foram semelhantes aos relatos de adolescentes autodeclarados LGBTI participantes de uma pesquisa conduzida em um serviço ambulatorial de saúde mental infanto-juvenil³⁵. As descobertas das expressões de gênero em dissonância com os valores de uma cultura cisheteronormativa são, na maioria das vezes, acompanhadas de repreensões e violências, como descrito por várias entrevistadas:

Eu comecei com 9 para 10 anos, que eu me olhava no espelho; eu não me olhava como homem. Eu me olhava como mulher. Aí eu passei a deixar meu cabelo crescer; usar roupas das minhas irmãs, escondida. Descobri o sexo com meus primos dentro de casa. Mas aí, minha família descobriu. Eu tava no espelho vestindo roupa da minha irmã [risos]. Aí minha vó viu, e meus irmãos... vestida de mulher. Aí me mandaram embora (Jacque, mulher transexual, 53 anos, branca).

[...] na verdade, vem desde criança. Meus pais brigando, eu botando salto da minha irmã; botando a blusa... Botando parte da gola da blusa na cabeça, pra fazer de cabelo. E ele sempre me reprimindo: “Para com isso! isso é coisa de mulher” (Denise, travesti, 34 anos, preta).

Meu pai ficava implicando e queria me bater por eu querer usar calcinha, ser meio afeminada. [...] a minha mãe falava que eu podia ser o que eu quisesse ser, mas que eu não precisava me vestir de mulher pra isso (Érica, mulher transexual, 25 anos, preta).

A expulsão do lar de origem aparece em diversas histórias. Desde cedo, elas sofrem na pele a experiência de abjeção e repulsa, de serem consideradas aberrantes e antinaturais, e afastadas dos seus lares de origem. Assim, a construção do corpo feminino e a gestão da identidade de gênero é um desafio desde a infância. As expressões transfemininas provocam conflitos que envolvem tanto as figuras masculinas como femininas das famílias primárias. A performance transgênero, a incorporação, exteriorização e reiteração de estereótipos femininos, é algo que desconcerta e ameaça a ordem familiar.

Minha avó me expulsou de casa, lá no Maranhão, lá é uma cidade [sic] muito rígida para essas coisas. O pessoal fala que é doença; quer matar; quer dar paulada, quer dar pedrada. Aí minha vó me mandou por Rio, pra casa da minha mãe, que mora em Angra dos Reis. Foi pior, porque minha mãe falou que aqui eles não aceitavam mesmo, que aqui era isso, que aqui era aquilo; que era muito perigoso (Jaqueline, mulher transexual, 25 anos, negra).

Aí cortou meu cabelo. Aí eu tive que ficar boyzinho de novo, com meus 15. Fiquei boyzinho até meus 16. Porque minha família não me aceita travesti. Eles me aceitam gay, mas eu não me vejo gay. Não me vejo... (Jaqueline, mulher transexual, 25 anos, preta).

Minha mãe falava pra mim: “Eu prefiro meu filho bandido que meu filho viado. Se tiver um filho viado, eu mato!” Então eu era aterrorizada com aquilo dali (Duda, mulher transexual, 22 anos, branca).

As expulsões ou fugas das famílias primárias acentuam ainda mais as vulnerabilidades dessas mulheres. Para muitas, as ruas ou os guetos representarão um segundo lar, um novo ponto de partida, onde reconstróem as redes de sociabilidade, grande parte das vezes, com outras semelhantes. Nesses lugares, se avança no aprendizado da construção do corpo feminino, especialmente com a utilização de silicone e hormônios sexuais femininos; esses são espaços

de referência para a construção de suas transfeminilidades^{36,37}.

Como descrito pela travesti e doutora Megg Rayara de Oliveira³⁸, as narrativas apontam para uma infância e adolescência sem “espelhos” para a construção de uma autoimagem positiva delas mesmas. Muito pelo contrário, há uma intenção deliberada de reforçar nelas a certeza do quanto estavam em desacordo com o mundo.

Fui morar, tipo assim... dormia na casa de uma amiga num dia, no morro, entendeu? Uma e outra, outra e outra... Aí foi onde eu conheci Madureira, e onde eu conheci uma transex. Eu botei silicone com 15, lá na casa dessa transex, ela era cafetina. Ela pagou as bichas pra botar em mim. [...] Aí botei um cabelo e comecei a trabalhar pra ela. (Duda, mulher transexual, 22 anos, branca).

Se por um lado alguns estudos têm revelado que o apoio familiar é fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa trans^{39,40}, a desvinculação familiar por meio de fugas, expulsões e suicídios é o outro lado dessa realidade marcada por tristezas, abandonos e solidões. Infelizmente, no Brasil e no mundo, essa última situação é a mais comum⁵.

Apesar dos poucos estudos sobre crianças e adolescentes com experiência trans⁴¹, são palpáveis e reais as situações conflituosas observadas em grande parte das famílias, em uma sociedade em que impera a cisheteronormatividade e que reprime expressões de identidades de gênero que desviam dessa norma.

Segundo relatório publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁵, a prostituição ainda é a única possibilidade de trabalho para muitas travestis e mulheres transexuais, e essa realidade está longe de ser alterada. A inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho formal, principalmente quando as desigualdades socioeconômicas estruturais se somam às discriminações e violências na família, na escola e na comunidade, que fazem com que as trajetórias escolares e profissionalizantes também sejam interrompidas⁴².

[...] porque... depois que a gente começa a nossa transição, ninguém quer dar um emprego pra gente... dificilmente. Então a gente vai vivendo na rua (Keila, mulher transexual, 24 anos, preta).

Esgarçados os primeiros vínculos de sociabilidade, muitas travestis e mulheres transexuais, ainda muito jovens, passam a recorrer ao trabalho informal por meio do comércio de seus corpos, frequentemente em contextos de exploração sexual.

[...] aos 13 anos, minha avó faleceu, e meu avô descobriu que eu era homossexual e me expulsou

de casa. Nessa época eu já trabalhava em um bar, já tinha umas amizades certas, e tinha umas amizades erradas, quando fui expulsa de casa procurei uma mulher que fazia programas [...] (Dani, mulher transexual, 25 anos, preta).

As vulnerabilidades incrementais decorrentes do abandono familiar e das condições de sobrevivência nas ruas são fortes condicionantes para o ingresso no crime e o consequente aprisionamento. Como abordado por Guilherme Ferreira⁴³, a prisão funciona como um dispositivo de corroboração e legitimação da violência já sofrida pelas travestis e mulheres transexuais em seus cotidianos, um local reservado para as pervertidas, as obscenas, as marginais e as ladras.

Um nome para chamar de meu

Em nosso país, o aprisionamento de travestis e mulheres transexuais é, em parte, regulado por legislação nacional e, em parte, por regramentos específicos dos estados da federação^{44,45}. Porém, as vidas dessas pessoas na prisão também são reguladas por um poder paralelo, que consiste nas regras impostas pelos coletivos de prisioneiros, sejam essas orientadas pelas facções criminosas ou pelas entidades religiosas neopentecostais salvacionistas^{17,46-48}.

Um dos grandes dilemas vivenciados por muitas travestis e mulheres transexuais, fora e dentro das prisões, está diretamente relacionado ao seu chamamento pelo nome desejado, relacionado a seu reconhecimento identitário, seja por meio do uso do nome social ou do nome civil retificado na certidão de nascimento. Sem entrar no mérito das diversas legislações que garantem o uso do nome desejado, como um dispositivo afirmativo para as identidades de gênero, ainda há diversos obstáculos na sua efetivação no cotidiano, como relatado em estudos com população em situação de prisão, em que a maioria informou o desrespeito no uso do nome social^{47,49}. No presente estudo, Dani, que já cumpriu detenção em outros estados brasileiros, conta que somente no encarceramento atual ela é chamada por seu nome social.

Bom mesmo é tá na rua, mas a cadeia do Rio é... eu vejo que aqui as travestis têm seus direitos, têm seus direitos cumpridos. Porque no Espírito Santo e Minas é chamado pelo seu nome de homem. É de viado, é de demônio, é de bisonho, é de várias coisas [...] (Dani, mulher transexual, 25 anos, preta).

A implantação de uma política inclusiva para uso do nome social é uma estratégia básica para a garantia do reconhecimento e a promo-

ção dos direitos humanos das travestis e mulheres transexuais. Para isso é essencial que as instituições criem e preencham o campo denominado “nome social” em todos os seus documentos, bases de dados e listagens nominais⁴⁷, e que eduquem e instem seus profissionais a cumprirem essa regra.

[...] eu cheguei na minha primeira cadeia em 2017, e eu fui chamada de viadinho, de boiola, pelos próprios guardas da unidade. Hoje em dia, tem cadeias que o nosso nome feminino vem no prontuário, aí o polícia vê o nosso nome feminino e respeita (Jovanna, mulher transexual, 25 anos, preta).

Pode parecer que a violação desse direito conquistado pelas travestis e transexuais é insignificante no contexto prisional, diante de tantas outras violações. Entretanto, a não utilização do chamamento pelo nome feminino ainda é o estopim para o acirramento dos conflitos entre elas e os agentes de segurança. O acontecimento oposto, ou seja, quando uma autoridade policial no interior de uma prisão faz o chamamento adequado das travestis e mulheres transexuais, esse ato é visto como um reconhecimento institucional de sua identidade de gênero, e da garantia de seus direitos. A ocupação do seu nome não é somente simbólica, e sim a apropriação e a manutenção de uma identidade legal pelas interações e pelos discursos¹⁹.

Meu corpo, e todas as regras

As unidades prisionais, em qualquer lugar do mundo, são caracterizadas pelo panoptismo e pelo doutrinação severos¹⁸. Não estranhamente, os corpos das travestis e mulheres transexuais são mais vigiados e doutrinados, com a espetacularização da presença transfeminina sendo proporcional aos desejos, fetiches e curiosidades, principalmente quando elas estão cumprindo suas penas criminais em prisões denominadas “masculinas”.

Quando não capacitadas para atender e compreender as especificidades dessa população – e às vezes em tese capacitadas –, as unidades prisionais reproduzem as violências perpetradas extramuros sobre esses corpos, como forma de controle de suas existências e suas performances. Em pesquisa realizada em unidades prisionais de São Paulo e Minas Gerais, travestis e mulheres transexuais foram punidas severamente pelo simples ato de rebolar nos corredores das unidades prisionais⁴⁹.

Algumas violências são muitas vezes encarradas como “brincadeiras” pelas travestis e mu-

lheres transexuais, como expressado na fala de Denise:

[...] só alguns funcionários que ficam brincando mesmo, mas é uma brincadeira sadia. “Olha o tamanho da bunda dela! Aí fulano, chegou pra você!” (Denise, travesti, 34 anos, preta).

Entretanto, muitas violências foram condicionadas ao entendimento dos policiais penais do que é ser travesti ou uma mulher transexual, desqualificando as que não possuíam os estereótipos corporais definidos por bundas e seios fartos e arredondados, comportamento dócil e delicado, bem como os demais atributos associados à imagem do ideal feminino³⁷, como narrado por Xica:

Muitas das vezes alguns policiais e autoridades entram no meu caminho de que forma? Você não é mulher. Você tem que cortar cabelo... Eles me batem. Eu digo: “Eu não posso cortar o cabelo porque agora é lei. Eu me sinto uma transexual e essa lei é do LGBT, é direito nosso, que não pode cortar o cabelo das travestis e transexual” (Xica, mulher transexual, 37 anos, preta).

Essas violências podem ser exercidas pelos coletivos de homens presos, em processos de LGBTIfobia estabelecidos nos estatutos de facções e grupos religiosos^{17,46-48}, seja pela expulsão dessa população de seus convívios ou por regramentos violadores de seus direitos humanos, cerceando seus espaços de existências nas prisões, regulando suas expressões de gênero e sexuais, além de desqualificar qualquer membro do coletivo de homens cisgênero e heterossexual que tenha envolvimento afetivo ou compartilhamento de seus objetos pessoais e alimentos. Os regramentos ou estatuto estabelecido pelo coletivo de prisioneiros do presídio Evaristo de Moraes aparecem nas falas de Alessandra e Benny:

O coletivo de Israel é o melhor espaço para as meninas homossexuais tirar cadeia. Sem preconceito nenhum com nós [sic]. E aí daquele que tiver preconceito com nós [sic] (Alessandra, travesti, 41 anos, preta).

[...] eu fui bem recebida, falaram quando eu cheguei na cadeia, o espaço que vocês estão entrando foi um espaço conquistado por vocês, eles ainda falaram assim: “O povo de vocês que lutaram [sic] para conseguirem [sic] esse espaço, porque se estivesse indo para facção você iria sofrer retaliação e tudo, logo eu fiquei mais tranquila (Benny, travesti, 26 anos, preta).

Se por um lado o coletivo de presos não evangélicos permite que as travestis e mulheres transexuais utilizem roupas e acessórios femininos no interior das celas, e as normativas vigen-

tes autorizam a entrada desses objetos^{44,50}, por outro se observou dificuldades no acesso e na utilização desses dispositivos de gênero, como observado nas narrativas das entrevistadas:

Porque tem bofes que gostam de chochar e falar: "Só pego as que tem silicone, falam que as que têm são isso, sei lá o quê [...]" (Wescla, mulher transexual, 32 anos, branca).

Eu não venço nada, não tenho visitas. Uma bermuda jeans de homem, vejo o tamanho e corto, costuro e vejo se dá para fazer uma saia. Faço tops, vamos supor... uma sunga, corto ao meio e boto, vejo como vai ficar [...]" (Layla, mulher transexual, 34 anos, preta).

Sem o interesse de discutir o melhor lugar para travestis e mulheres transexuais nas prisões brasileiras, é evidente que garantir a autonomia de seus cuidados pessoais básicos ainda é uma utopia para a massa carcerária diante do fracasso nacional na gestão penitenciária. Se elas, em situação de prisão, têm mantidos seus cabelos do tamanho desejado, como obter os produtos para cuidá-los? A maioria está em abandono, em situação muito pior que a observada no encarceramento de mulheres cisgêneras nas unidades femininas⁵¹, e desta forma utilizam seus corpos para a obtenção de diversos produtos no interior das prisões, como descrito nas falas de Érica e Jaqueline, esta, uma das poucas com visita familiar:

Ah, eu quero... tô necessitando de um ventilador e eu não tenho visita. Eu não venço nada. Eu não tenho visita. O calor tá chegando, eu tô precisando de um ventilador... Aí, eu vou ali, faço aquele "chachuzinho" com fulano. Eu ganho um ventilador pra mim, entendeu? (Érica, mulher transexual, 25 anos, preta).

Tem meninas que não têm visita, tem meninas que não têm custódia. Aí tem que ir ali, se deitar com um, se deitar com outro, se deitar com outro... pra poder ter as coisas aqui... da vaidade. A gente tem nossa vaidade (Jaqueline, mulher transexual, 25 anos, preta).

Falas que se repetiram ao longo das entrevistas e se coadunam com as falas de travestis e mulheres transexuais encarceradas em Pernambuco, em que se observou que a motivação de não serem transferidas para unidades prisionais femininas está diretamente associada à possibilidade de perderem suas atividades de sustento⁵².

Conclusões

A realização de pesquisas com populações de travestis e mulheres transexuais é uma prática

complexa, seja pela inserção da pessoa pesquisadora no campo de pesquisa⁴⁹, seja pelas análises dos materiais coletados por pessoas cujo lugar de fala, muitas vezes, está longe das vivências transfemininas^{20,53}.

Um dos elementos comuns às trajetórias das entrevistadas é a negociação pessoal e social na produção de seus corpos generificados, em cenários entrelaçados que se iniciam com suas famílias primárias e finalizam com os regramentos de uma prisão. No sentido mais ampliado do conceito da farmacopornografia, inspirado nas produções textuais de Paul Preciado⁵⁴, as tecnologias de gênero acessíveis e possíveis, as materiais e as não materiais, passam por um processo de autorização potente dentro de uma matriz padronizada de sexo, gênero, práticas sexuais e desejo¹⁹ que se intensifica no interior das unidades prisionais, e com seus regramentos rígidos fortalecem ainda mais um sistema necropolítico trans^{55,56}.

Neste estudo ficou evidente nas falas de algumas entrevistadas a criação de uma rede de apoio entre elas, um notável sistema de sobrevivência. Fenômeno semelhante ao que foi observado nos guetos de prostituição por alguns autores, onde, apesar das rivalidades existentes, um movimento de reconhecimento identitário que as unem é criado para o enfrentamento às transfobias e ao não reconhecimento de suas identidades de gênero^{57,58}.

A situação observada neste estudo evidenciou que o ciclo criminalização-prisão-liberdade-prisão deve ser rompido, desvelando que esse fenômeno social, denominado reincidência criminal, é um potente marcador do sistema necropolítico trans⁵⁵. Esse fenômeno cíclico que é potencializado a cada giro de 360° deve ser analisado para se pensar em estratégias que mitiguem essa triste realidade, que reforça ainda mais o deslocamento quase que compulsório das travestis e mulheres transexuais para a marginalização, vítimas dessa política que define suas (in)existências, por meio da retirada de seus direitos de cidadania e das violências e mortes sobre seus corpos⁵⁶. Um sistema necropolítico que as considera não cidadãs no primeiro momento que elas decidem viver fora das convenções sociais da feminilidade ou masculinidade condicionada à sua anatomia corporal⁵⁹. O estudo revelou um mecanismo de exclusão social na vida das entrevistadas, em sua maioria negra e com baixo grau de escolarização.

Segundo a pesquisadora travesti negra Letícia Nascimento¹⁵, as travestis e mulheres transexuais negras ocupam um lugar ainda mais longe

do aceitável pela sociedade, em que a figura do homem branco cisgênero e heterossexual ocupa o topo da pirâmide social. E quando elas são aprisionadas, carregam consigo a etiqueta do cárcere, que as coloca abaixo da base dessa pirâmide, ou seja, nas câmaras subterrâneas.

Essa hierarquia não deve ser meramente para posicionar socialmente pessoas, mas para que se compreenda e amplie o conceito de interseccionalidade, consubstanciando, entre tantas variáveis, as que vivenciaram o cárcere como um destino quase certo em suas trajetórias.

Colaboradores

CR Alves-da-Silva: concepção do estudo, coleta de dados, interpretações e comparações dos resultados com outros estudos; redação prévia do manuscrito. CJ Bonan: concepção metodológica, planejamento do estudo e revisão das análises; análise crítica da versão final.

Declaração de disponibilidade de dados

As fontes de dados utilizados na pesquisa estão indicadas no corpo do artigo.

Referências

- Mandela N. *Longa caminhada até a liberdade*. Rio de Janeiro: Alta Life; 2020.
- Brasil. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura MNPCT. *Relatório anual*. Brasília: MNPCT; 2018.
- Sánchez A, Leal MC, Larouzé B. Realidades e desafios da saúde nas prisões. *Cien Saude Colet* 2016; 21(7):1996-1996.
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MDH). *LGBT nas prisões no Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento*. Brasília: MDH; 2020.
- Benevides BG. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 [Internet]. 2023 [acessado 2023 jun 10]. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>.
- Café da manhã [podcast]. Brasil: a ofensiva antitrans na política brasileira [Internet]. 2023 [acessado 2023 jun 10]. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1RCixBu7PhJYjifu2Ir6P>
- Pedra CB. Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões [dissertação]. Belo Horizonte: Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho; 2018.
- York SW, Oliveira MRG, Benevides B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Rev Estud Fem* 2020; 28(3):e75614.
- Rocon PC, Wandekoken KD, Barros MEB, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trab Edu Saude* 2020; 18(1):e0023469.
- Louro GL. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica; 2018.
- Jesus JG. Vítimas e agentes no corpo da exclusão. In: Ferreira GG, organizador. *Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento*. Curitiba: Multideia; 2016.
- Zamboni MB. Travestis e transexuais privadas de liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos. *Rev Euroam Antropol* 2016; 5(2):15-23.
- Oliveira JW, Rosato CM, Nascimento AMR, Granja E. "Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital": vivências travestis no cárcere. *Psicol Cienc Prof* 2018; 38(2):159-174.
- Ferreira GG. Questão penitenciária, gênero e sexualidade: análise do tratamento penal gaúcho para pessoas LGBTI+. *Serv Soc Soc* 2023; 146(1):204-223.
- Nascimento FEM. Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil. *Rev Estud Fem* 2020; 28(1):e57687.
- Sander V. As bichas e os bofes na crise do sistema penitenciário. *Cad Pagu* 2021; 63(2):e216311.
- Lima VP. "O que papai do céu não deu, a ciência vende": feminilidade de mulheres trans e travestis em privação de liberdade [dissertação]. Rio de Janeiro: Uerj; 2019.
- Foucault M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes; 2019.
- Butler J. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: N-1 Edições crocodilo; 2020.
- Jesus JG. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia; 2015.
- Nascimento LCP. *Transfeminismo: feminismos plurais*. São Paulo: Jandaíra; 2021.
- Azevedo NS. *A deficiência do poder estatal no sistema penitenciário brasileiro e o advento do crime organizado* [monografia]. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra; 2022.
- Mallart F, Cunha MI. As dobras entre o dentro e o fora. *Tempo Soc* 2019; 31(3):7-15.
- Bertaux D. *Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo; Natal: Paulus; EDUFRRN; 2010.
- Jovchelovich S, Bauer MW. Entrevista narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G, organizadores. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 90-113.
- Gomes Junior J. O pajubá como tecnologia linguística na constituição das identidades e resistências de travestis. *Cad Gen Tecnol* 2021; 14(43):300-314.
- Minayo MCS. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Cien Saude Colet* 2012; 17(3):621-626.
- Reisner S, Bailey Z, Sevelius J. Racial/ethnic disparities in history of incarceration, experiences of victimization, and associated health indicators among transgender women in the U.S. *Women Health* 2014; 54(8):750-767.
- Alves-da-Silva CR, Bonan C. Elas também não são mulheres? Travestis e mulheres transexuais em situação de prisão no Rio de Janeiro. *Dilemas Rev Estud Conflito Controle Soc* 2024; 17(2):e60615.
- Ramos A. Lutas trans: direitos humanos, organização política e experiências com as prisões. In: Ferreira GG, Klein CC, organizadores. *Sexualidade e gênero na prisão*. Salvador: Editora Devires; 2019.
- Lewis L. Diáspora e negociações de família, gênero e geração. *Rev Anthropológicas* 2006; 17(2):43-64.
- Beauvoir S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; 1980.
- Nascimento SSD. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas. *Estud Hist (Rio J)* 2022; 35(77):548-573.
- Bento B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires; 2017.
- Silva JCP, Cardoso RR, Cardoso AMR, Gonçalves RS. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Cien Saude Colet* 2021; 26(7):2643-2652.
- Davi EHD, Bruns MAT. Compreensão fenomenológico-existencial da vivência travesti. *Rev NUFEN* 2017; 9(3):57-77.
- Vasconcelos OS, Vieira MC, Cal DGR. Sou fêmea, sou mulher: a trajetória de Sandra Flor, transexual e prostituta, rumo ao ideal feminino. *Rev Periodicus* 2017; 1(7):313-326.
- Oliveira MRG. *O diabo em forma de gente: (re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação* [tese]. Curitiba: UFPR; 2017.

39. Alanko K, Lund H. Transgender youth and social support: a survey study on the effects of good relationships on well-being and mental health. *Young* 2020; 28(2):199-216.
40. Alegria CA. Supporting families of transgender children/youth: parents speak on their experiences, identity, and views. *Int J Transgend Health* 2018; 19(2):132-143.
41. Westwater JJ, Riley EA, Peterson GM. What about the family in youth gender diversity? A literature review. *Int J Transgend Health* 2019; 20(4):351-370.
42. Sales A, Souza LL de, Peres WS. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades não-madas. *Fractal Rev Psicol* 2017; 19(1):71-80.
43. Ferreira GG. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis* 2014; 14(27):99-117.
44. Brasil. Ministério da Justiça (MJ). Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) e do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCCP) nº 1, de 15 de abril de 2014. Estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. *Diário Oficial da União* 2014; 17 abr.
45. Brasil. Ministério da Justiça (MJ). Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 348, de 13 de outubro de 2020. Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário para pessoas LGBTI. *Diário Oficial da União* 2020; 16 out.
46. Biondi K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome; 2010.
47. Sakamoto FM, Cabral L. *Transviados no cárcere: um retrato de LGBTs no sistema carcerário* [monografia]. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero; 2018.
48. Zamboni MB. *A população LGBT privada de liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa* [tese]. São Paulo: USP; 2020.
49. Sanzovo NM. *O lugar das trans na prisão*. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido; 2021.
50. Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Resolução nº 558, de 29 de maio de 2015. Estabelece as diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* 2015; 3 jun.
51. Becker A, Spessote DV, Sardinha LS, Matos LGS de, Chaves NN, Bicalho PPG. O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. *Rev Psic Diversid Saude* 2016; 5(2):141-154.
52. Moraes NDB, Mello MMP, Amazonas MCLA. É possível pensar em um local "ideal" para mulheres transexuais/travestis nas prisões brasileiras? Uma reflexão a partir da experiência pernambucana. *Rev Direito Público* 2021; 18(97):683-711.
53. Jesus JG, Lion ARC, Urso GS. Entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus. *Albuquerque Rev Hist* 2021; 13(26):187-193.
54. Preciado PB. *Testo Junkie: sexo, drogas, biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições; 2018.
55. Caravaca-Morera JA, Padilha MICS. Necropolítica trans: Diálogos sobre os dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto Contexto Enferm* 2018; 27(2):e3770017.
56. Mbembe A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições; 2022.
57. Benedetti MR. *Toda feita: corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2005.
58. Kulick D. *Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.
59. Preciado PB. *Um apartamento em Urano: crônica da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar; 2020.

Artigo apresentado em 27/11/2023

Aprovado em 11/02/2025

Versão final apresentada em 13/02/2025

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva, Vania de Matos Fonseca